

1 - Estrangeirismos

Natália Cristine Prado

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRADO, NC. Estrangeirismos. In: *O uso do inglês em contexto comercial no Brasil e em Portugal: questões linguísticas e culturais* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 27-70. ISBN 978-85-7983-654-1. Available from: doi: [10.7476/9788579836541](https://doi.org/10.7476/9788579836541). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/staff/book/id/rxwst/attachs/9788579836541.epub>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

ESTRANGEIRISMOS

Neologismo

No *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0* (2009), no verbete **neologismo**, encontramos a seguinte definição: “1. emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não; 2. atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua”. O *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0* (2010) traz uma definição semelhante: “1. palavra ou expressão nova numa língua, como, p. ex., **dolarizar**, **dolarização**, no português; 2. significado novo que uma palavra ou expressão de uma língua pode assumir. [P. ex.: **zebra**, como ‘resultado inesperado’]”.

Diferentes autores apresentam definições análogas para o vocábulo **neologismo**. Para Bechara (2009), as palavras que vão ao encontro das necessidades renovadoras da cultura, da ciência e da comunicação, de modo geral, constituem neologismos. Essas palavras, segundo o autor, penetram na língua de diversas formas. Uma delas é mediante a utilização dos elementos já existentes no idioma (palavras, prefixos, sufixos), quer com o significado atual, quer com mudança de significado, o que já é um modo de revitalizar o

léxico da língua. Entre os procedimentos de formação de palavras, temos a composição e a derivação (prefixal e sufixal).

Para o autor, outra fonte de renovação lexical são os empréstimos e calcos linguísticos,¹ isto é, palavras e elementos gramaticais (prefixos, preposições, ordem de palavras) tomados (como empréstimos) ou traduzidos (calcos linguísticos) de uma língua estrangeira ou dentro de uma mesma língua histórica (regionalismos, gírias). Bechara (2009) argumenta que

uma fonte muito produtiva do neologismo vem da criação de certos produtos ou novidades que recebem o nome de seus inventores ou fabricantes, como **macadame**, **gilete** etc. Muito próxima a esta via são os nomes criados levando em conta sons naturais (fotossimbolismo) produzidos por seres e objetos: Kodak, pipilar etc. são as onomatopeias e palavras expressivas. (p.351)

De acordo com Abreu (2003), como as sociedades humanas são dinâmicas, a todo momento surgem coisas ou situações novas que precisam ser expressas por meio da linguagem. Daí o surgimento de novas palavras, chamadas de neologismos. Isso é feito de duas maneiras: pela criação de palavras dentro da própria língua ou pelo empréstimos de outras línguas. O autor relembra o caso da palavra *mouse*, que veio por empréstimo do inglês e é usada no Brasil para denominar o instrumento que permite operar com o computador, porém, em Portugal, essa palavra foi traduzida para “rato”. Já Villalva (2008) entende os neologismos da seguinte forma:

1 De acordo com Houaiss (2009), calco ou decalque é a “denominação, numa língua, de um objeto ou conceito pela tradução de uma palavra ou expressão de outra língua (p. ex., **ter lugar**, ‘acontecer’, do francês *avoir lieu*; **cachorro-quente**, do inglês *hot dog*)”. Para Alves (1990), o decalque é de difícil reconhecimento e “consiste na versão literal do item do léxico estrangeiro para a língua receptora. O sintagma **alta tecnologia**, decalcado do inglês *high technology*, constitui um exemplo dessa espécie de adaptação” (p.79). Ainda de acordo com o autor, “a unidade lexical decalcada costuma rivalizar com a expressão que lhe deu origem” (p.80), assim, encontramos tanto “cachorro-quente” quanto “hot dog” sendo usados nos mais diversos contextos.

neologismos são [...] palavras que, num dado momento da existência de uma língua, são consideradas palavras novas, como, por exemplo, **telemóvel**, cujo aparecimento no final do século XX motivou a integração da palavra no léxico do Português.² (p.50)

A autora lembra que muitas das palavras que integram o léxico de uma língua foram, no passado, neologismos – basta verificar a data da sua primeira atestação. No entanto, independentemente do momento em que surgem, para ela a gênese dos neologismos deve ser analisada, afinal

não existe uma só maneira de gerar neologismos: alguns são palavras inventadas ou criadas, de forma mais ou menos aleatória, a partir de palavras já existentes; outros são palavras introduzidas na língua por empréstimo a outras línguas; e outros ainda são palavras formadas a partir dos recursos morfológicos disponíveis na língua. (p.51)

Para a autora, a criação de neologismos encontra na morfologia uma potente ferramenta, mas não se esgota aí.

Carvalho (2009) faz uma analogia interessante, ao comparar o léxico de uma língua a uma galáxia, que “vive em expansão permanente por incorporar as experiências pessoais da comunidade que a fala” (p.32). A autora acrescenta que a criação de novas palavras é reflexo do surgimento de novos objetos e tecnologias:

Os termos novos, como resultantes da criatividade linguística, são também consequência da criatividade humana nos outros campos. Os neologismos criados no setor artístico, científico e tecnológico têm o objetivo de oferecer novos conceitos sobre o universo e assim acompanhar a evolução humana. (p.33-4)

2 “Telemóvel” é usado apenas no português europeu; em português brasileiro preferimos o termo “telefone celular” ou apenas “celular”.

Para Garcez e Zilles (2004), é perfeitamente normal que as línguas mudem com o passar do tempo e que novos termos e palavras surjam. Para eles, também, algumas mudanças que acontecem nas línguas sofrem a influência de outras línguas: “as línguas humanas estão em constante movimento, por variação e mudança dentro da comunidade linguística, de uma geração para outra, sendo o contato entre os dialetos e línguas uma força motriz comum e de grande relevância nesse processo” (p.28-9).

Cagliari (2002a) acrescenta que, devido às ampliações lexicais, as línguas podem sofrer reorganizações em suas estruturas, a fim de incorporar novas regras que consigam explicar novos elementos do sistema.

O léxico incorpora facilmente elementos novos, oriundos de fatores externos (outras línguas) e internos (modificações nas regras do sistema). Ao fazer isso, estruturas que eram pouco representativas (mas possíveis) na língua podem passar a ter um volume grande de itens lexicais, criando embaraços para o sistema de regras de um determinado aspecto da língua. (p.10)

O autor argumenta que os elementos intrusos vão se infiltrando aos poucos e de muitas maneiras no sistema linguístico, mas não é logo que essas modificações surgem que, paralelamente, são criadas novas regras. No começo, o novo e o antigo convivem lado a lado, até que as regras da língua precisem ser refeitas.³ Ele observa que “as mudanças estão sempre dentro do possível, mas raramente dentro da lógica anterior do sistema. O sistema modifica-se para recuperar a situação de equilíbrio necessário, e oferecer às novas gerações de falantes nativos um modelo novo” (p.10).

Alves (1990) acredita na existência de uma dinâmica no léxico das línguas, pela qual alguns termos e palavras são criados, enquan-

3 Um exemplo é o trabalho de Massini-Cagliari (1999a), que mostra que o sistema de acentuação do português arcaico se alterou quando a língua incorporou palavras proparoxítonas procedentes do latim, no português clássico.

to outros desaparecem. De acordo com a autora, “o acervo lexical de todas as línguas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser utilizadas e tornam-se arcaicas, uma grande quantidade de unidades léxicas é criada pelos falantes de uma comunidade linguística” (p.5). Essas mudanças são interessantes e ocorrem em diversos níveis, entre eles, o lexical. De acordo com Alves (1990), os neologismos podem ser formados por “mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, como a derivação e a composição, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas linguísticos” (p.5), que seriam os estrangeirismos e empréstimos. Ela acrescenta que, no português, os dois recursos têm sido amplamente usados, tanto diacrônica como sincronicamente, e classifica os neologismos como apresentado a seguir.

Fonológicos

De acordo com Alves (1990), esse tipo de neologia supõe a “criação de um item léxico cujo significante seja totalmente inédito, isto é, tenha sido criado sem base em nenhuma palavra já existente” (p.11). A autora acrescenta que esse tipo de neologismo raramente acontece em todas as línguas. Comenta também a criação onomatopaica, que, para ela, está calcada em significantes inéditos, porém reforça que “a formação de palavras onomatopaicas não é totalmente arbitrária, já que ela se baseia numa relação, ainda que imprecisa, entre a unidade léxica criada e certos ruídos ou gritos”. Alves explica que esse recurso procura reproduzir um som, o que “impossibilita que seu significante seja imotivado” (p.12). Considera-o bastante adequado em certas linguagens, como no caso das histórias em quadrinhos. Embora a explicação da autora de que uma palavra onomatopaica é criada a partir de “ruídos ou gritos” não seja a mais adequada, mostra-se mais pertinente do que o termo “criação do nada”, usado por Sandmann (1997), afinal, as onomatopeias não surgem “do nada”, mas a partir dos sons da língua e de suas possibilidades silábicas.

Para Alves (1990), alguns recursos fonológicos podem ser usados com o intuito de provocar alterações em itens lexicais. Cita como

exemplo a palavra “tchurma”, que entende como a palavra “turma” com transformações de significante, mas que ainda pode ser interpretada como tal. No entanto, como esse termo pode ser considerado uma variante da palavra “turma”, talvez com alguma extensão de sentido, essa exemplificação não fica muito clara, pois, para a autora, uma neologia fonológica ocorre com a criação de um item léxico cujo significante deve ser totalmente inédito. Ela cita outros exemplos do que chama de “recursos fonológicos”, mas nenhum deles parece uma criação totalmente inédita, como é o caso de “xou”, do antigo programa da apresentadora Xuxa, que a autora diz se tratar de “uma transformação apenas gráfica do significante” (p.13). Por causa do nome da apresentadora, deduzimos que surgiu a ideia de escrever a palavra com **x**, mas, como observa a autora, sem mudança sonora.⁴

Sintáticos

Esse tipo de neologismo supõe a combinação de elementos já existentes no sistema linguístico, segundo Alves (1990). Classificamos como se segue e fornece os exemplos entre parênteses: derivados (“desmalufar” e “achismo”), compostos (“enredos-denúncias”, “Operação Desmonte”), compostos sintagmáticos (“produção independente”, “condomínio fechado”) e compostos formados por siglas ou acrônimos (“Exército Revolucionário do Povo – ERP”, “Partido Comunista do Brasil – PC do B”). Justifica a denominação neologismo sintático afirmando que

a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (junção de um afixo a uma base), mas concerne também ao nível frástico: o acréscimo de prefixos ou de sufixos pode alterar a classe gramatical da palavra-base; a com-

4 Caso similar ocorre com a palavra “xampu”, que foi uma tentativa de adequar a palavra *shampoo* à ortografia do português. Mas essa palavra, mesmo registrada com essa ortografia em dicionários, acabou não sendo amplamente aceita no uso popular, por isso continuamos a ver “shampoos” nas prateleiras dos supermercados.

posição tem caráter coordenativo e subordinativo; os integrantes da composição sintagmática e acronímica constituem componentes frásicos com o valor de uma unidade lexical. (p.14)

Semânticos

De acordo com Alves (1990), um neologismo semântico surge quando ocorre qualquer transformação semântica num item lexical. Explica que o neologismo semântico mais comum acontece quando se nota uma mudança no conjunto dos semas referentes a uma unidade léxica, a qual deriva dos “processos estilísticos da metáfora, da metonímia, da sinédoque [...], vários significados podem ser atribuídos a uma base formal e transformam-na em novos itens lexicais” (p.62). Um exemplo desse tipo de neologismo é a palavra “baixinho”, dando como exemplo: “Xuxa preparou um réveillon especial para sua turma de baixinhos” (p.62). Nesse caso, a palavra “baixinho” sofreu modificação semântica e passou a significar “criança”, e não “pessoa com pouca estatura”.

Outros processos

Alves (1990) aponta outros processos que também contribuem para o enriquecimento lexical da língua portuguesa: a truncação – um tipo de abreviação em que uma parte da sequência lexical, em geral, a final, é eliminada (como na palavra “euro”, forma reduzida de “europeu”); a palavra-valise⁵ – outro tipo de redução em que duas bases são privadas de parte de seus elementos para consti-

5 Araújo (2000) denomina o “processo de formação de palavras por composição que amalgama duas formas existentes em uma nova, ‘dois significados embrulhados em uma só palavra’” (p.5), de *portmanteaux*. Lapa (1973) denomina o fenômeno de amálgama. Sandmann (1997) dá a esse processo o nome de cruzamento vocabular: “um tipo de composição, diferenciando-se desta, porque no cruzamento vocabular as bases que entram na formação de nova unidade lexical, ou ao menos uma, sofrem diminuição, não sistemática ou regular, de seu corpo fônico” (p.58).

tuírem um novo item lexical (é o caso de “brasiguaião”, fusão de “brasileiro” e “paraguaio”); a reduplicação – um tipo de recurso morfológico em que uma mesma base é repetida duas ou mais vezes a fim de constituir um novo item léxico (a autora dá o exemplo da palavra “trança-trança”, que significa “sucessão de viagens”); e, por fim, a derivação regressiva – consiste na supressão de um elemento, considerado de caráter sufixal, como “amasso”, forma nominal relativa ao verbo “amassar”.

Formados por empréstimos

Para Alves (1990), o léxico de uma língua não se amplia apenas por meio do acervo já existente, mas também através de empréstimos de outras línguas. Primeiramente, o elemento estrangeiro é sentido como externo ao vernáculo da língua, até que passa a ser integrado através de adaptações, segundo a autora, que também observa: “o estrangeirismo costuma ser empregado em contextos relativos a uma cultura alienígena, externa à da língua enfocada. Nesses casos, imprime a mensagem de ‘cor local’ do país ou da região estrangeira a que ele faz referência” (p.73).

De acordo com a pesquisadora, o estrangeirismo é encontrado facilmente em vocabulários técnicos (esportes, economia, informática), além de ser comum na publicidade e no colunismo social. Ao empregar um estrangeirismo, o emissor muitas vezes está consciente de que ele poderá não ser compreendido pelos seus receptores, por isso, em muitos contextos, a palavra estrangeira aparece acompanhada de tradução ou até mesmo de uma definição de seu significado.

Sandmann (1997) destaca que a língua faz uso de três recursos para ampliar seu vocabulário, dos quais dois são marginais. Os recursos secundários são os empréstimos de outras línguas e a “criação do nada”, que nada mais é do que a formação de palavras através de fonemas ou sílabas já existentes (como dizer “tututu” imitando o som de quando cai uma ligação telefônica). Esse termo usado pelo autor não nos parece adequado, pois esse tipo de forma-

ção de palavras envolve a mimetização de sons no mundo, apoiando-se nas possibilidades fonológicas de uma língua. Assim, essas criações não surgem “do nada”, e sim das opções fonológicas do idioma. Já a definição de Alves (1990), apresentada anteriormente, mostra-se mais adequada.

Com relação aos empréstimos, esse autor escreve que “as palavras seguem a coisa” (p.22), por exemplo, no caso de lutas japonesas, os nomes usados são “judô”, “caratê” e outros. De acordo com Sandman:

Talvez alguém pondere que o empréstimo de unidades lexicais estrangeiras, hoje principalmente do inglês no caso do português brasileiro, não é um recurso tão secundário assim. Aceitando, embora, que há a incorporação de muitos estrangeirismos no português brasileiro, não resta dúvida de que há muito mais neologismos com prefixos [...], sufixos [...] e até compostos [...] e cruzamentos vocabulares do que empréstimos. (p.23)

Portanto, para o autor, o recurso principal para a ampliação do léxico português ainda é a formação de palavras a partir de palavras/morfemas já existentes na língua portuguesa.

Já para Correia e Lemos (2009), embora os falantes reconheçam com facilidade as novas palavras, nem sempre é fácil delimitar o conceito de neologismo. Segundo essas autoras:

Efetivamente, uma dada unidade apenas pode ser considerada neológica em relação à época em que surge e ao estágio imediatamente anterior da língua, ao significado que é actualizado num dado contexto (e que não era num momento anterior) e ao registro linguístico em que ocorre (em relação ao estado anterior desse registro linguístico). Um neologismo é, então, uma unidade lexical que é sentida como nova pela comunidade linguística. Assim sendo, perante uma palavra desconhecida, qualquer falante pode perguntar-se: será nova porque eu não a conheço, ou será nova porque, de facto, nunca havia sido utilizada na língua que falo? (p.16)

Por esse motivos, as equipes de investigação que trabalham com o conceito de neologismo acabam adotando critérios objetivos para identificar um neologismo, como conferir se a palavra consta em um dicionário ou não, segundo as autoras. Além disso, também é costume levar em consideração a estabilidade da palavra na língua (um neologismo tende a apresentar instabilidade ortográfica, fonética ou morfológica).

Para Alves (1990), ao criar um neologismo, o emissor tem, muitas vezes, plena consciência de que está inovando, gerando novas unidades léxicas, quer pelos processos de formação vernaculares, quer pelo emprego de palavras emprestadas de outras línguas. Em muitos casos, marca-se um neologismo por meio de processos visuais, como aspas ou itálico, que “visam realçar o resultado da criatividade lexical” (p.83). Além disso, no caso de um elemento estrangeiro, “sua tradução expressa também um indício de que o emissor está cômico do caráter neológico dessa forma não vernácula” (p.83). A pesquisadora lembra que não basta a criação do neologismo para que ele se torne integrante do acervo lexical de uma língua, mas que é “a comunidade linguística, pelo uso do elemento neológico, ou pela sua não difusão, que decide sobre a integração dessa nova formação ao idioma” (p.84). Ela lembra que, se for bastante frequente, o neologismo é inserido em dicionários e passa a ser considerado parte integrante do sistema linguístico.

Por fim, devemos considerar que o uso de palavras novas por vezes provoca um sentimento de estranhamento, de algo diferente, novo. Em alguns setores da vida cotidiana, os neologismos são importantes maneiras de se destacar, como no meio comercial, por isso os fabricantes e comerciantes de modo geral preocupam-se em usar um nome que seja chamativo e destaque seu negócio.

Empréstimos versus estrangeirismos

Ao procurar a definição de empréstimo e estrangeirismo em dicionários da língua portuguesa, é possível encontrar diferentes

definições. De acordo com Houaiss (2009), empréstimo é a “incorporação ao léxico de uma língua de um termo pertencente a outra língua [Dá-se por diferentes processos, tais como a reprodução do termo sem alteração de pronúncia e/ou grafia (*know-how*), ou com adaptação fonológica e ortográfica (**garçom, futebol**).]” (p.743); já estrangeirismo é a “palavra ou expressão estrangeira [usada] num texto em vernáculo, tomada como tal e não incorporada ao léxico da língua receptora; peregrinismo, xenismo”.

Em Ferreira (2010), empréstimo aparece definido como

efeito causado quer pelo contato prolongado entre línguas diferentes, quer por influência de uma cultura sobre outra, quer pelo aprendizado de uma língua por grupos sociais estrangeiros, e que se traduz em mudanças no sistema linguístico e/ou no léxico, que passa(m) a incluir elementos não vernáculos. (p.779)

No mesmo verbete, aparece também a definição de empréstimo lexical:

formação vocabular de origem estrangeira introduzida no léxico de uma língua, e que se pode apresentar: (a) como simples importação do termo (p. ex.: blush, ingl.); (b) como uma formação híbrida (p. ex.: sulipa, chulipa,⁶ do ingl. *sleeper*); (c) como um calque (2) (p. ex.: arranha-céu, trad. do ingl. *skyscraper*); (d) por adoção do significado de termo fonologicamente semelhante em outra língua (p. ex.: realizar, ‘compreender’, por infl. do ingl. (*to realize*)).

Já estrangeirismo, de acordo com Ferreira (2010), é: “1. emprego de palavra, frase ou construção sintática estrangeira; peregrinismo; 2. a palavra, frase ou construção assim empregada” (p.879).

6 De acordo com Ferreira (2010), essa palavra dá nome a uma peça de madeira colocada transversalmente sobre o solo para receber os trilhos das estradas de ferro e também é conhecida como dormente – tradução da palavra inglesa *sleeper*.

Segundo Dubois et al. (1973), ocorre um empréstimo linguístico quando “um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia precedentemente num falar B e que A não possuía” (p.209). A unidade ou o traço emprestado são chamados de empréstimos. Para os autores, “a integração da palavra na língua que a toma como empréstimo se faz das mais diversas maneiras, de acordo com os termos e as circunstâncias” (p.210). Então, uma mesma palavra tomada de empréstimo em épocas distintas passará a ter formas diferentes. Os autores explicam que a integração relativamente completa comporta graus diversos:

A palavra pode ser reproduzida quase como se pronuncia (e se escreve) na língua B; todavia, em geral, mesmo nesse caso, há assimilação dos fonemas da língua B aos fonemas mais próximos da língua A [...]. A ausência de integração fonética e morfológica implica o domínio dos dois sistemas (o de A e o de B) e certa afetação por parte do falante; ela pode produzir-se também quando o falar A é submergido por B. A um nível mais avançado de integração, só alguns traços muito frequentes da língua B são conservados: por exemplo, os afixos ingleses **-ing** (*camping*) ou **-er** (*docker*). Enfim, a integração é total quando todos os traços estranhos a A desaparecem e são substituídos por traços mais ou menos vizinhos ou não de B, às vezes com aproximações com certas palavras de B: assim, o inglês *football* foi integrado ao português sob a forma “futebol”. (p.210-1)

Para os autores, o empréstimo implica sempre, pelo menos no início, uma tentativa de repetir a forma ou o traço estrangeiro.

Câmara Jr. (2004[1973]) considera que “o condicionamento social para os empréstimos é o contato entre os povos de línguas diferentes, o qual pode ser por coincidência ou contiguidade geográfica, ou, à distância, por intercâmbio cultural em sentido lato” (p.104). A contiguidade geográfica determina empréstimos próximos, e a distância, empréstimos culturais.

O autor lembra que os empréstimos podem ser, em princípio, de fonemas, de afixos derivacionais, de vocábulos e de tipos frasais.

Observa que o empréstimo de fonemas é esporádico, porque o que acontece, em geral, é uma substituição dos fonemas estrangeiros por fonemas nativos com os quais se assemelham. O empréstimo de afixos flexionais é ainda mais raro e não ocorre no português. O empréstimo de afixos derivacionais raramente é encontrado e, como lembra Assis (2007), “talvez ocorra apenas em brincadeiras (uso estilístico) – exemplos: derivados como ‘embromation’ (do programa humorístico televisivo Casseta & Planeta) e nomes (fictícios ou reais) de produtos: ‘rejuvenator’, ‘creme Giannechinator Tabajara’” (p.41). O empréstimo de tipos frasais (ou decalque) é mais fácil ocorrer, assim como os empréstimos lexicais, que são os mais abundantes e que observaremos nos nomes comerciais.

Já os estrangeirismos são, para Câmara Jr.,

os empréstimos vocabulares não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia, ou os vocábulos nacionais empregados com a significação dos vocábulos estrangeiros de forma semelhante. (p.111)

O autor observa que os estrangeirismos mais frequentes na época atual são os galicismos e os anglicismos. Para ele, “o vocábulo estrangeiro, quando é sentido como necessário, ou pelo menos útil, tende a adaptar-se à fonologia e à morfologia da língua nacional; o que para nossa língua vem a ser o aportuguesamento” (p.111). Considera imprecisa a diferença entre estrangeirismos e empréstimos, a qual estaria apenas na maior ou menor sensação de naturalidade.

Especificamente em relação aos anglicismos, classifica-os nos tipos sintático ou lexical. Os anglicismos sintáticos podem ocorrer:

- por antecipação de um adjetivo ao substantivo a que se relaciona, sem o intuito que essa colocação tem em português, mas com valor descritivo. Exemplo: “Majestoso Hotel”;
- pelo emprego de um substantivo com função de adjetivo, porque anteposto a este Exemplo: “Rio Hotel”;
- pelo emprego de uma preposição isolada do nome que rege. Exemplo: “capas com e sem forro”.

Já os anglicismos lexicais podem ser formais, como *sport*, *tank*, ou semânticos, como “realizar”, no sentido de “compreender”, e “assumir”, no sentido de “supor”. Para a pesquisa que resultou neste livro, foram coletados nomes comerciais que continham somente anglicismos lexicais formais.⁷

Para Sandmann (1991), empréstimos podem ser “tanto as unidades lexicais provindas de outras línguas que são adaptadas e incorporadas definitivamente à língua de destino, como, de certo modo, as palavras complexas criadas numa língua de acordo com moldes estrangeiros” (p.46). Dentre estes últimos tipos, podemos contar os compostos em que o determinante antecede o determinado. Segundo o autor, os compostos tipicamente portugueses apresentam a sequência determinante–determinado, como “galinha-verde” e “vagão-dormitório”, e os compostos nos moldes estrangeiros apresentam a estrutura determinado–determinante, como “radiotáxi” e “cinevídeo” (p.46). Ele reforça que, entre os fatores que influenciam esse tipo de criação, devemos incluir as línguas estrangeiras em que predomina esse molde, sobretudo o inglês (*boy-friend*, *girl-friend*), o modelo neoclássico (“filosofia”, “ecologia”) e o da prefixação (“hipermercado”, “automedicação”). Dentre as formações a partir de empréstimos, ele destaca as de verbos: “esnobar” (do inglês *snob*), “surfar” (do inglês *surf*), “boxear” (do inglês *box*), “lanchar” (do inglês *lunch*). Ressalta ainda que “o português importa o substantivo e forma o verbo correspondente mediante o acréscimo obrigatório do sufixo verbal. Diferentemente do inglês, servimo-nos, portanto, de um processo composicional ou aditivo: “esnobe” – “esnobar”, “lanche” – “lanchar”. O autor lembra também que os adjetivos derivados de antropônimos estrangei-

7 De acordo com Câmara Jr. (2004[1973]), o anglicismo lexical formal ocorre quando se adota a palavra estrangeira tal como ela é nessa língua, mantendo-se o sentido e a forma (na medida do possível) originais, em oposição ao anglicismo semântico, em que se cria um novo sentido para uma palavra já existente na língua de chegada, para incorporar o sentido da palavra parecida na língua de partida.

ros formam-se do mesmo modo que os vernáculos, em geral com o sufixo -iano, como em “hamletiano” e “shakespeariano”.

De acordo com Paiva (1991), os empréstimos podem ser classificados em três tipos básicos, a partir da teoria semiótica pierciana:

- **qualissignos** (signos que são qualidades e produzem na mente uma sensação): trata-se de empréstimos de sons da língua inglesa que alteram a pronúncia de palavras portuguesas, por exemplo, Manoel/man’wel,⁸ ou a produção de sons que se assemelham à língua inglesa;
- **sinsignos** (ocorrências únicas): são os casos de nomes comerciais (lojas, restaurantes, shoppings, produtos de limpeza, produtos alimentícios, produtos de beleza e outros), adesivos em carros, etiquetas de roupas, enunciados em broches e camisetas, textos de propagandas e da mídia em geral;
- **legissignos** (uma convenção, uma lei que é um signo): convenções gramaticais, como o caso genitivo (“Kit’s Cozinhas Planejadas”), ou a anteposição do adjetivo (“Tropical Bar”), ou ainda regras fonológicas e sintáticas que permitem criar vocábulos semelhantes aos signos em língua inglesa.

Pela classificação da autora, os nomes comerciais que analisaremos neste livro pertencem aos grupos dos sinsignos (como é o caso de Academia Art Center) e dos legissignos (como Academia Imperio’s e Energy Academia). A autora, em seu trabalho, observou o uso de sinsignos apenas em enunciados de camisetas.

De acordo com Bechara (2009), estrangeirismo é o “emprego de palavras, expressões e construções alheias ao idioma que a ele chegam por empréstimos tomados de outra língua” (p.599). O autor explica que os estrangeirismos léxicos entram no idioma por um processo natural de assimilação de cultura ou proximidade geográfica e “normalmente assumem um aspecto de sentimento político-patriótico que, aos olhos dos puristas extremados, traz o

⁸ Possível imitação do som dessa palavra pronunciada por um nativo de inglês. Algo como: [mæn’wel].

selo da subserviência e da degradação do país” (p.599). No entanto, afirma que as pessoas que têm essa visão do fenômeno se esquecem de que a língua é um produto social e registra, em tais palavras estrangeiras, os contatos entre os povos. Pensa que o que se deve combater é “o excesso de importação de palavras estrangeiras, mormente aquela desnecessária por se encontrarem no vernáculo palavras e giros equivalentes” (p.599) e que a introdução de uma palavra estrangeira para substituir uma vernácula em geral se explica pela “debilidade funcional da palavra ameaçada de substituição”.

No mundo moderno, existem inúmeras maneiras de estarmos em contato com outras nações e culturas, por isso, para o autor, os estrangeirismos interpenetram-se com muita facilidade e rapidez. Considera que os estrangeirismos de maior frequência são os francesismos ou galicismos (de língua francesa), os anglicismos (de língua inglesa), os espanholismos ou castelhanismos (de língua espanhola), os italianismos (de língua italiana).

O autor organiza os empréstimos léxicos em dois grupos: o das palavras que ele chama de empréstimos, que se assimilam à língua que as recebe e só serão reconhecidas por pessoas que conhecem a história (como as palavras “guerra” e “detalhe”); o dos estrangeirismos, como os denomina, que “se apresentam na vestimenta estrangeira” (palavras como *ballet* e *footing*) ou “se mascaram de vernáculos” (como “maiô” e “abajur”). No entanto, para ele, “o termo empréstimo abarca essas duas noções e se aplica tanto aos estrangeirismos léxicos quanto aos sintáticos e semânticos” (p.599).

Bechara recorda que os empréstimos lexicais durante muito tempo foram criticados pelos puristas, mas hoje vêm sendo aceitos com menos dificuldade, “exceto aqueles comprovadamente desnecessários e sem muita repercussão em outros idiomas de cultura no mundo” (p.600). Com relação aos anglicismos, observa que “vale chamar a atenção para o fato de que o inglês vai constantemente ao grego e ao latim buscar-lhes os tesouros, mas usa com tal liberdade, que muitas vezes deturpa o emprego ou o significado original” (p.601). Alguns exemplos de estrangeirismos usados pelo autor que implicam empréstimos lexicais: “assumir” por “supor”, “acreditar”; “doméstico” (voo) por “nacional”; *leasing*; *marketing*.

A classificação proposta pelo autor parece discutível, pois ele coloca na mesma classificação tanto palavras emprestadas do inglês que mantiveram a grafia inglesa (*leasing* e *marketing*) quanto palavras do português que sofreram derivação de sentido por influência do inglês, como é o caso de “assumir”⁹ com o sentido de “supor”, “acreditar”, e de “voo doméstico”, que poderia ser chamado de “voo nacional”. Trata-se de dois fenômenos diferentes.

O autor ainda menciona casos que considera como empréstimos sintáticos da língua inglesa, como a “anteposição do adjetivo ao seu substantivo, com valor meramente descritivo” (p.602), e observa em exemplos de Câmara Jr. (2004[1973]), referentes a nomes de hotéis e estabelecimentos comerciais (Majestoso Hotel, Rio Hotel), o “emprego de um substantivo com função de adjetivo por vir anteposto” (p.602).

Segundo Castilho (2010), fazemos empréstimos de palavras, sufixos e prefixos de povos com os quais tivemos ou temos contato direto ou indireto. Assim como Câmara Jr. (2004[1973]), Castilho considera que o contato direto ocorre quando duas ou mais línguas ocupam o mesmo território. Ao longo da história, isso ocorreu quando houve o contato entre povos que ocupavam um território com outros que o invadiram e que ou suplantaram a cultura dos antigos ocupantes (empréstimos de substrato linguístico), ou não a suplantaram (empréstimos de superstrato linguístico). O contato indireto ocorre, de acordo com Castilho, quando um povo culturalmente influente exporta suas palavras, mesmo sem invadir o território do povo influenciado, como é o caso do inglês nos dias atuais.

Para esse autor, os empréstimos são palavras que entram em determinada língua através do contato direto entre os povos, e os estrangeirismos são palavras que entram por contato indireto. No caso dos empréstimos para o português, temos, por exemplo, palavras advindas do árabe, como “almoxarife” e “alfafa”; de línguas indígenas, como “pajé” e “caipira”; e de línguas africanas, como

9 De acordo com o Houaiss (2009), o verbo “assumir” sofre derivação do tipo anglicismo semântico e tem o significado de “admitir” (rubrica: filosofia).

“bagunça” e “cachaça”. Já os estrangeirismos, para o pesquisador, seriam as palavras francesas, espanholas e norte-americanas que entraram no vocabulário do português brasileiro sem que houvesse contato direto com a nossa cultura, e “momentos de nacionalismo na cultura linguística brasileira levaram a campanhas contra os galicismos, os espanholismos e os anglicismos” (p.117). Ele afirma que, em épocas atuais de globalização, dois movimentos contrários acabam se formando: a repulsa pelos estrangeirismos, como forma de sustentar a identidade linguística, *versus* a sua incorporação.

Como podemos perceber, e como observa Câmara Jr. (2004[1973]), com quem concordamos, a distinção entre os conceitos de estrangeirismo e de empréstimo é imprecisa e parece limitar-se à maior ou menor sensação de naturalidade com relação à palavra estrangeira. De modo geral, os autores citados, assim como os dicionários consultados, consideram o termo “estrangeirismo” mais adequado em referência a uma palavra que ainda não está totalmente incorporada à língua receptora e causa estranhamento, ou seja, é reconhecida facilmente como não sendo originária do idioma receptor ou, ainda, emprestada em tempos recentes de outra língua.

Zilles (2004) ressalta que a língua é primordialmente falada e só secundariamente escrita, por isso todo empréstimo sofre algum grau de adaptação (fônica, morfológica, sintática ou semântica), tanto na sua estrutura interna quanto nas relações com os elementos em que coocorre, afinal, está sendo empregado em contextos linguísticos e culturais diferentes da língua de origem.

A maioria dos autores consultados comenta a questão da adaptação da palavra estrangeira à língua de chegada, no entanto, focam muito mais a questão da adaptação gráfica do que a da adaptação fonético-fonológica. Dubois et al. (1973) consideram que a ausência de integração morfológica e fonética conduz ao domínio das duas línguas (da língua estrangeira e da língua de chegada) ou a afetação por parte do falante e que, num nível mais avançado de integração, apenas traços muito evidentes da língua estrangeira são mantidos. Para Câmara Jr. (2004[1973]), esse processo, no caso do português, é chamado de *aportuguesamento*.

Como na pesquisa que resultou neste livro nosso interesse foram os nomes comerciais com elementos da língua inglesa que mantiveram a grafia estrangeira original – o que é provável que ocorra nesse contexto para causar propositamente uma sensação de estranhamento em um possível cliente, chamando a sua atenção e despertando a sua curiosidade sobre o estabelecimento –, optamos por adotar o termo “estrangeirismo”, que carrega o sentido de nome “estranho” à língua, para facilitar a delimitação do nosso *corpus* de nomes comerciais.

Adaptação de estrangeirismos

As palavras estrangeiras que entram na língua portuguesa podem sofrer adaptações fonológicas, gráficas, morfológicas e semânticas. As adaptações acontecem para adequar as palavras oriundas de outra língua à estrutura do português. Ao longo do tempo, algumas dessas adaptações podem tornar-se a origem de certos empréstimos irreconhecíveis para o falante comum, como no caso da palavra “chulipa”, que não lembra a palavra inglesa *sleeper*, da qual se originou. A esse respeito, Câmara Jr. (2004[1970]) observa que grupos consonantais pré-vocálicos como **sl**, “que entram em vocábulos estrangeiros no português do Brasil, logo se desfazem, com a intercalação de uma vogal” (p.50). Como exemplos, o autor cita as palavras “sinuca” (do inglês *snooker*) e “sulipa” (do inglês *sleeper*) – uma variação da palavra “chulipa”.

Alves (1984) acredita que, de acordo com o critério fonológico, os termos estrangeiros começam a fazer parte do acervo lexical de uma língua a partir do momento em que se integram fonologicamente a ele. No entanto, adaptações fonológicas podem acontecer até mesmo com palavras estrangeiras que serão usadas pelo falante uma única vez e podem desaparecer no momento seguinte, ou seja, trata-se de palavras que não cairão no uso popular e, portanto, não farão parte de seu léxico nativo. A autora faz a ressalva de que a integração fonológica do empréstimo pode ser posterior à sua introdução pela via

escrita, “assim, o termo emprestado não é adaptado fonologicamente à língua importadora; ao contrário, recebe uma pronúncia de acordo com o sistema fonológico desse idioma”. Ela alega que a adaptação fonológica do termo estrangeiro revela-se por meio de uma adaptação ortográfica, como no caso de “birô”, do francês *bureau*. Afirmar ainda que, mesmo que uma palavra já tenha sido dicionarizada e apor-tuguesada na grafia, pode ser encontrada grafada de acordo com a língua de origem. Observa que “nem sempre a expressão estrangeira empregada na língua portuguesa adapta-se às suas fonologia e ortografia. Em alguns casos, a forma original permanece” (p.124-5).

Como veremos no trabalho de Assis (2007), todas as palavras estudadas pela autora sofreram algum tipo de adaptação fonológica; já Massini-Cagliari (2010; 2011b; 2013) e Souza (2011), que estudaram prenomes próprios, observaram em suas investigações que alguns traços da língua original dos nomes foram mantidos em português.

Segundo Alves (1990), “enquanto estrangeirismo, o elemento externo ao vernáculo de uma língua não faz parte do conjunto lexical desse idioma” (p.77) e a adaptação ortográfica do estrangeirismo não ocorre sempre: muitos termos revelam tal adaptação, enquanto outros continuam a ser grafados de acordo com a língua de origem. Para a autora, a integração à língua receptora, em termos morfossintáticos, manifesta-se quando o estrangeirismo começa a formar derivados e compostos, como em “new-jeca”. A adaptação semântica do termo estrangeiro faz que, quando introduzido no sistema linguístico com um único significado, seu uso constante leve à polissemia. Em trabalho anterior, de 1984, Alves dá o exemplo da palavra “blue jeans” (ou simplesmente “jeans”), introduzida no português para designar uma peça do vestuário, mas que passou a nomear o tecido usado para confeccionar as peças: “você está sempre elegante com saia jeans da Queene” (p.124).

Freitas (1984) considera anglicismos apenas as adaptações fonológicas. “O empréstimo, ao entrar para a língua receptora, dificilmente apresenta, ao menos enquanto fase de adaptação recente, uma única forma de manifestação” (p.30). A autora menciona processos – epêntese, nasalização, abertura vocálica – que ocorrem

na passagem para a integração ao português e conclui que não há nenhum procedimento exclusivo de adaptação aos estrangeirismos, ou seja, os processos utilizados pelos falantes do português brasileiro na adaptação da pronúncia de palavras estrangeiras são os mesmos que se aplicam às demais palavras da língua, estando previstos no sistema fonológico do português. Para Freitas:

Há que se concluir, ao contrário do que afirmam alguns, pela previsibilidade no que se refere à nativização dos empréstimos. Verdade é que tal previsibilidade não pode, nem deve, pelo menos até onde nossos dados levam a crer, ser estabelecida em termos absolutos, ou seja: dada a forma de empréstimo X, dificilmente poderíamos dizer que resultaria na mesma forma adaptada Y. Contudo, é viável prover quais estruturas silábicas sofrerão alteração (a saber, aquelas que infrinjam quaisquer RFS [regras de formação de sílabas] da língua receptora) e até quais estratégias poderiam aplicar-se a cada caso, o que não significa que todas aplicar-se-ão necessariamente. (p.81)

A autora lembra que “é preciso saber se o informante, ao nativizar o empréstimo, valeu-se da forma fonética ou ortográfica do mesmo, ou até, se recorreu a ambas” (p.81-2). Os dados obtidos a partir das entrevistas feitas pela pesquisadora demonstram que os informantes tiveram contato, ainda que informal, com a língua inglesa, uma vez que algumas formas variantes produzidas evidenciam conhecimento sobre como o vocábulo “soa” na língua de origem. Para ela, saber se o informante tem contato ou não com o inglês é “um fator de extrema relevância e cremos que o mesmo não pode ser omitido quando da abordagem do fenômeno dos empréstimos” (p.82). Por isso, no trabalho que originou este livro, procuramos separar os falantes do português brasileiro que estudam inglês daqueles que não estudam. Já no português europeu isso foi mais complicado, como veremos no Capítulo 3.

Paiva (1991) lembra que alguns empréstimos entram para o idioma nacional via tradução literal (caso de “guerra fria”, por

exemplo, termo oriundo de *cold war*) e não chamam a atenção para sua origem alienígena. O uso contínuo dos empréstimos promove a adaptação dos novos elementos ao sistema linguístico receptor. A autora fala de adaptações sonoras e posteriores mudanças ortográficas: “A adaptação ortográfica, ou aportuguesamento, ocorre se os signos forem finalmente adotados pelo sistema” (p.133). Usa como exemplo a palavra *football*, cuja grafia aportuguesada é “futebol”. De acordo com ela, alguns vocábulos sobrevivem em sua forma original (como “show” e “hall”), mas a maioria sofre adaptação: “uma vez inseridos dentro do sistema linguístico, esses empréstimos comportam-se como os demais membros do sistema, submetendo-se às mesmas regras de formação de palavras” (p.134).

Garcez e Zilles (2004) partem do princípio de que os “elementos estrangeiros que surgem do contato linguístico muitas vezes têm vida curta, como as gírias, ou são incorporados de modo tão íntimo à língua que os acolhe, pelos processos normais de mudança linguística, que em duas gerações nem sequer são percebidos como estrangeiros” (p.19). Acrescentam ainda que os empréstimos atuais podem ser mais facilmente identificáveis porque ainda não completaram o processo de incorporação à língua, já que sua grafia não mudou. Acreditam que “grande parte dos estrangeirismos são percebidos porque conservam sua identidade estrangeira na grafia, mesmo depois de incorporação à fonologia da língua, como no caso de *software*, dito ‘sófter’ ou ‘sófiter’” (p.24), ou ainda “sofitiuer”, “sofitchiuer” ou “sofituer”.

Para Rajagopalan (2004a), em muitos domínios discursivos marcados pela penetração em larga escala de palavras estrangeiras, ocorre um processo lento porém firme de vernacularização, e palavras que resistiram ao aportuguesamento ou à tradução vêm sendo lentamente expurgadas do uso popular em favor de criações lexicais. O autor também cita como exemplo a palavra “futebol” e todo o vocabulário ligado ao contexto desse esporte, oriundo da Inglaterra. Além do nome do jogo, usam-se ainda, traduzidos, termos como *corner kick* e *off-side* (“escanteio” e “impedimento”, respectivamente), de modo que “o futebol tornou-se ‘nativo’ tanto como esporte nacional quanto linguisticamente” (p.14).

No entanto, de acordo com o autor, outros domínios discursivos foram literalmente invadidos por palavras da língua inglesa que não vêm sendo substituídas por palavras do português, como é o caso do vocabulário associado à internet e à tecnologia computacional como um todo. O linguista cita como exemplo a palavra “site” (abreviada de “website”), que mantém praticamente a mesma pronúncia do inglês, com o ditongo preservado, algo estranho ao sistema ortográfico do português. A única mudança ocorrida, para o autor, teria sido a adição de uma vogal epentética no fim da palavra. Cita outras palavras, como “e-mail” e “download”, que foram incorporadas na íntegra, “sem qualquer tentativa de alterar tanto a sua grafia quanto a sua pronúncia”. Rajagopalan ainda cita novos itens lexicais, como “printar” e “estartar”, adaptações de “print” e “start”, observando que seus equivalentes em português ficaram reservados para qualquer contexto que não seja o da informática.

Possenti (2004) discorda da afirmação de Rajagopalan de que a palavra “site” manteve a sua realização fonética original, principalmente por causa da epêntese vocálica final, quando pronunciada em contexto de português. Assis (2007), que analisou a pronúncia da palavra “site” em seu trabalho, notou que a epêntese desencadeou a palatalização da oclusiva /t/ entre os sujeitos de sua pesquisa, a qual passou a ser realizada como [tʃ], uma africana alveopalatal desvozeada, já que há um contexto propício para que isso ocorra: /t/ seguido de /i/. Para Possenti, uma pronúncia com o som [t] no lugar de [tʃ] (ou mesmo [tʰ]) é mais rara. Além disso, chama a atenção para o fato de que não é muito difícil perceber que a pronúncia “nativa” da palavra “e-mail” é diferente da pronúncia dessa palavra por um falante do português brasileiro.

Assis, que em seu trabalho também analisou essa palavra, comprova os dizeres de Possenti, pois constatou o deslocamento do acento da primeira sílaba, em inglês, para a última, em português (o que se deve às regras de acento em português, segundo as quais as sílabas pesadas em posição final de palavra atraem para si o acento – Massini-Cagliari, 1999a), e a vocalização do /l/ na coda da última sílaba, transformando-se em /ʊ/. Desse modo, a pronúncia

dessa palavra no português brasileiro é diferente de sua pronúncia na língua de origem. Por fim, com relação às palavras “printar” e “estartar”, citadas por Rajagopalan, Possenti considera que seria mais correto dizer que esses itens lexicais na verdade são mais específicos do campo da informática e por isso não ocorrem em outros contextos.

Ao ler o texto de Possenti (2004), Rajagopalan (2004b) volta ao assunto da pronúncia da palavra “site” e afirma que a questão não é a quantidade de pessoas que pronunciam [t] ou [ʃ], mas sim o fato de que “a manutenção da pronúncia original agride e entra em franco atrito com o sistema ortográfico da língua portuguesa”, o que explicaria, para ele, a fúria de Aldo Rebelo (2004), ao dizer que a palavra “site”, “que se escreve de uma forma e diz-se outra” (p.46), jamais deveria ter sido incorporada ao português brasileiro sem adaptação e que, inclusive, deveria ser expulsa de nossos dicionários. Entretanto, embora essa palavra não esteja adaptada graficamente ao português brasileiro, vemos, no estudo de Assis (2007), que ela se encontra adaptada à fonologia da língua portuguesa, pois a oclusiva /t/ (que pode palatalizar ou não diante de /i/) no inglês está na coda da sílaba, mas, com a epêntese, passa a ser *onset* da sílaba seguinte no português brasileiro, o que só acontece para adequar a sílaba ao seu sistema fonológico.

Com relação à pronúncia de palavras da língua inglesa de modo geral, Rajagopalan (2004b) afirma que, em larga escala, pessoas das classes médias e altas costumam “enrolar a língua” na tentativa de se aproximar da pronúncia original das palavras inglesas. De acordo com o autor, “na verdade não importa quão próxima ou fiel à [pronúncia] ‘original’, desde que assim pareça, com a presença de sons inconfundivelmente estrangeiros” (p.215). Além disso, numa tentativa de alcançar certo *status* com a pronúncia aproximada do inglês, muitas pessoas acabam até mesmo caindo na hipercorreção. O autor observa:

O mais cruel nisso tudo – e justamente aqui é que reside o verdadeiro poder avassalador do inglês no mundo de hoje – é que

aqueles que, por qualquer motivo, têm dificuldades em “enrolar a língua”, se sentem acuados e, dependendo das circunstâncias, até humilhados. Em outras palavras, a língua inglesa, não só no Brasil, mas em vários outros países do mundo, já se transformou em um poderosíssimo símbolo de *status*. (p.215)

Freitas et al. (2003) observam que a integração dos estrangeirismos no português europeu ocorre por níveis e que uma das transformações mais imediatas que acontece com uma palavra de origem estrangeira é a adaptação fonética. Um exemplo citado pelos autores é a neutralização do contraste entre vogais longas e vogais breves, já que essa distinção não existe em português. Assim, palavras que tenham vogal longa [i:], como *sheep* (“ovelha”), e palavras com vogal breve [ɪ], como *ship* (“navio”), perderiam a distinção ao serem pronunciadas em contextos de português europeu (exemplos nossos). Ressaltam ainda que, à medida que vão se fixando no léxico do português europeu, as palavras também se tornam bases para a formação de novos vocábulos, o que prova que estão completamente integradas ao léxico dessa língua. É o caso da palavra “delete”, que tanto no português europeu como no brasileiro serviu de base para a formação do verbo “deletar”. Para os autores, a integração de um empréstimo no português europeu ocorre em três fases distintas, que descrevemos brevemente a seguir.

1) Transformações imediatas, que podem ocorrer em diferentes níveis:

- adaptação fonética imediata, como acontece ao pronunciarmos as vogais nasais do francês, por natureza [+ baixas], e que no português europeu se tornam [- baixas] (como exemplo, os autores citam a palavra *écran*, em que o a final é dito [ã] em francês e [ẽ] no português europeu);
- adaptação morfossintática imediata, que engloba a atribuição de gênero às palavras e sua integração numa classe de palavras (de acordo com os autores, à maioria das palavras (83%) do *corpus* observado foi atribuído o gênero masculino, como “o flash” e “o ketchup”);

- monossemia, ou seja, manutenção do mesmo sentido da palavra na língua de partida (caso da palavra *roaming* que, de acordo com os autores, é um serviço que permite o uso de celulares no estrangeiro);
 - manutenção da grafia da língua de origem (palavras como “mouse” e “software” que, mesmo em contexto de português europeu, mantêm sua grafia original);
 - hesitação nos tipos gráficos, isto é, os estrangeirismos geralmente ocorrem entre aspas ou em itálico.
- 2) Transformações progressivas, que decorrem do tempo e da frequência de uso de determinada palavra estrangeira:
- adaptação fonética progressiva, através da fixação do acento (como a mudança de sílaba tônica na palavra *topless*, da primeira para a última em português europeu) e da simplificação de alguns segmentos consonânticos (substituição de [dʒ] por [ʒ], como na palavra *jingle*, em que o som de <j> em inglês é [dʒ] e, em português europeu, pode ocorrer como [ʒ]);
 - adaptação morfossintática progressiva, através da fixação da forma do plural dos nomes e adjetivos (por exemplo, a formação do plural pode seguir a original, como *campus/campi*, ou ser adaptada ao português, usando-se *campus* tanto para indicar o singular como o plural);
 - possibilidade de formação de novas palavras por composição e prefixação (os autores citam formações como *corpus-piloto* e *subcorpus* a partir da palavra latina *corpus*).
- 3) Integração ao léxico, que, para os autores, é a fase em que a palavra estrangeira deixa de ser estrangeira:
- estabilização fonológica: fixação do acento;
 - plena integração morfossintática: fixação do gênero e da forma de plural;
 - integração ao sistema morfológico da língua: possibilidade de derivação;

- polissemia;
- atestação lexicográfica normativizada.

Freitas e Neiva (2006), em outro estudo sobre adaptações fonológicas de estrangeirismos, observam:

Estratégias em comum utilizadas por falantes brasileiros em duas situações distintas: na adaptação de empréstimos do inglês para o português e em seu desempenho oral enquanto aprendiz de inglês como língua estrangeira, constituindo-se num dos principais fatores que caracterizam o seu sotaque de estrangeiro.

As autoras abordam casos em que a adaptação surge da necessidade de lidar com as diferenças do português e do inglês em relação à estrutura silábica. De acordo com elas:

O aprendiz de uma LE [língua estrangeira], de nível avançado ou intermediário, por vezes demonstra ser capaz de aplicar regras fonotáticas da língua alvo, mas não de forma regular e consistente. Nota-se, frequentemente, a influência das regras fonotáticas de sua primeira língua; ou seja, o falante não nativo, ao deparar-se com estruturas silábicas estranhas às desta língua, tende a se valer de estratégias de adaptação, tomando por base o que é permitido ocorrer nos componentes da sílaba de sua língua materna. (p.8)

Consideram que o empréstimo é inicialmente introduzido por um falante bilíngue (aquele que domina a língua estrangeira), que empregará a forma fonética original mesmo em contexto nativo, sendo que às vezes evita a mudança constante de código, o que origina a substituição fonética, em graus variáveis, conforme o contexto da enunciação. Uma vez introduzido por um bilíngue, o empréstimo cai no domínio geral. As autoras reconhecem a dificuldade de estabelecer por qual via penetram os empréstimos na língua. No entanto, a via de entrada deles é importante, porque, diferentemente das palavras introduzidas oralmente na língua, as

que entram pela escrita tendem a alterar menos sua configuração original. Assis (2007), por exemplo, observa que, na pronúncia da palavra *impeachment* pelos sujeitos de sua pesquisa, ocorre o apagamento do /t/ final da palavra, o que pode indicar que a entrada desse estrangeirismo no português brasileiro se deu por via oral, uma vez que, pela via escrita, talvez ocorresse uma epêntese vocálica final e o deslocamento de /t/ para o *onset*.

Já quando o empréstimo é introduzido na língua ao mesmo tempo pela escrita e pela fala, há duas tendências coexistentes de adaptação: uma resultante de pronúncia “viciada” (ortográfica) e outra, de aproximação fonética (baseada no modelo oral). No caso de entrada pela via escrita, registra-se uma pronúncia “ortográfica”, fundamentada nas regras de decifração da escrita para a língua de chegada. Como exemplo, podemos pensar na palavra do inglês *snooker*: pode-se dizer que houve uma adaptação pela via oral, “sinuca” (registrada em dicionários), além de “esnuque” (não encontrada nos dicionários consultados, apenas na internet), que mais se aproxima de uma pronúncia baseada na ortografia da palavra.

Com relação à adaptação dos anglicismos, Freitas e Neiva (2006) constataam a ocorrência de dois procedimentos básicos: “para a adaptação dos empréstimos, sempre que sua constituição silábica de origem não se enquadra nos padrões canônicos do português: (a) inserção de vogal anterior alta ou (b) queda de um segmento consonântico marginal” (p.19). Do ponto de vista das autoras, os empréstimos não excluem os falantes que não dominam o idioma estrangeiro, ao contrário do que alegam os mais puristas, pois os plenamente nativizados são aqueles que já foram incorporados ao léxico do falante comum, e complementam: “um empréstimo pode ser considerado totalmente adaptado se sujeito às mesmas mudanças e analogias que qualquer outra palavra nativa” (p.18).

Assis (2007), no seu estudo, pediu a falantes nativos do português brasileiro que fizessem a leitura de cinquenta nomes comuns de origem inglesa, considerados não adaptados graficamente. A autora investigou o caráter “estrangeiro” ou “não estrangeiro” da

pronúncia de empréstimos do inglês para o português brasileiro, e comprovou que os seus falantes se rendem aos processos de ressilabação, reestruturando a organização das sílabas de palavras do inglês de acordo com o sistema fonético-fonológico do português brasileiro, o que torna a pronúncia “brasileira”.

Desta forma, esta dissertação aponta indícios para a comprovação da tese de que a adaptação dos estrangeirismos começa pelo nível fonético-fonológico, que é, ao mesmo tempo, uma adaptação em si mesma e pré-requisito para os demais tipos de adaptação, pois, embora tenham sido estudados apenas os anglicismos graficamente “alienígenas” (isto é, ainda não adaptados à ortografia do PB), mesmo estes já apresentam adaptações em sua pronúncia por falantes brasileiros.

Com base na análise apresentada, foi possível observar que as adaptações sofridas pelos anglicismos ao serem pronunciados em PB são motivadas pelas diferenças entre as estruturas fonológicas do PB e do IA, sendo que em uma mesma palavra pode ocorrer mais de um processo fonológico em direção à adaptação da pronúncia dessa palavra específica. (p.200)

A autora observou ainda que em certos casos as adaptações não foram motivadas pelas diferenças fonêmicas entre as línguas de partida e de chegada, mas “por influência dos padrões ortográficos da língua de chegada na leitura de termos de origem estrangeira, o que leva os falantes a realizarem na leitura a pronúncia de grafemas de acordo com o sistema de decifração da escrita do PB” (p.202). Cita como exemplo a palavra *chips*, cujo /tʃ/ inicial é lido como /ʃ/. Ressalta que, se essa palavra fosse pronunciada em contexto de inglês americano com a mesma pronúncia dos sujeitos participantes da sua pesquisa ([ˈʃipiS]), poderia haver um mal entendido, “já que um falante nativo de inglês pode confundi-la com o plural de *sheep* [ʃi:p] (‘ovelha’)” (p.204).

Assis (2007) comenta que em poucos casos não houve adaptações significativas, por possuírem “na língua de origem estruturas

silábica e segmental existentes também no PB”. Na sua pesquisa, “quase todos os estrangeirismos analisados apresentaram algum tipo de adaptação fonológica, estando integrados aos padrões do PB, distanciando-se, em maior ou menor grau, dos padrões da língua de partida”. Por fim, para a autora,

do ponto de vista da realização fonética dos chamados estrangeirismos, a possibilidade de permanência da forma original é questionável, já que a forma gráfica da língua de partida pode até ser mantida, mas, em maior ou menor grau, todos os anglicismos sofrem adaptações na pronúncia (nível fonético-fonológico). (p.206)

Já Massini-Cagliari (2010; 2011a; 2011b; 2013) observaram em seus estudos a formação de antropônimos de origem inglesa e concluíram que, “em contraste com os nomes comuns, antropônimos (prenomes próprios) de origem estrangeira nem sempre se ‘enquadram’ bem nos parâmetros da fonologia do PB” (p.73). Zilles (2004) também considera que as adaptações naturais dos estrangeirismos podem ser bloqueadas pelo “desejo que os falantes têm de sinalizar valores sociais e com isso produzir efeitos nos seus interlocutores” (p.157). Para Massini-Cagliari (2010), “muitas vezes, os falantes carregam para o PB traços da pronúncia original do nome, trazendo para o sistema desta língua características que não lhe são comuns”, por exemplo, padrões silábicos não comuns no português (como ocorre no antropônimo Wlamir), posição *não default* de acentuação (como em Wáshington), presença de sílabas em posição átona cuja estrutura não é comum nessa posição (como em Kléiton) etc.

Souza (2011), em sua pesquisa, também observou prenomes próprios de origem inglesa e concorda com Massini-Cagliari (2010):

[...] uma vez que foram identificados fenômenos como a ocorrência de sílabas em posição átona cuja estrutura não é comum nesta posição (Bradison, Klinger, Limberg), assim como padrão de acentuação atípico em PB (Wéllington, Ghárdney, Wásterson).

Observou-se que no âmbito da acentuação a posição não padrão é muito mais comum do que o padrão esperado em PB, prevalecendo a pronúncia proparoxítona para a maioria dos prenomes estrangeiros analisados. A preferência pela acentuação esdrúxula também foi comprovada nos prenomes criados pelos falantes brasileiros (Kethellen, Luanderson, Manuelyson, Cleberson), que, dessa forma, denotam o desejo de carregarem traços anglófonos sem seus nomes. (p.230-1)

Observa ainda que esse comportamento diferente em relação aos nomes comuns pode ser explicado por fatores extralinguísticos, mas relacionados com a questão da identidade linguística propriamente dita, como o fato de que os pais escolhem esses nomes para seus filhos por considerá-los “chiques”, “finos” e sonharem para eles a ascensão econômica e social.

A motivação para a escolha de um prenome de origem estrangeira pode estar no desejo de mudança do *status quo*; é por esse motivo que a escolha de nomes estrangeiros é tão comum em classes sociais menos privilegiadas (embora não seja exclusividade destas): denota o desejo de que os filhos tenham chances diferentes na vida, se comparadas com as de seus pais, oriundos de classes desprivilegiadas. (p.88)

Desse modo, esses pais fazem questão de marcar seus desejos na forma e na pronúncia dos nomes dos seus filhos. Já Souza constatou na sua pesquisa admiração pela língua inglesa entre a grande maioria dos sujeitos que dela participaram, os quais consideraram-na uma língua bonita (eufônica) e sofisticada. Além disso, a autora observa que, com relação ao “estranhamento fonético e ortográfico que muitos prenomes podem causar, ao contrário do que se poderia esperar, a satisfação do usuário com o seu próprio nome foi praticamente unânime entre os entrevistados” (p.227). Por fim, concluiu que o processo de adaptação não ocorre por completo, em alguns casos, por opção do próprio usuário, que deseja

preservar algo da pronúncia da língua estrangeira. De acordo com Massini-Cagliari, quando falantes nativos do português brasileiro escolhem nomes que fogem aos padrões prosódicos dessa língua, acabam negando e reafirmando, ao mesmo tempo, sua identidade fonológica, pois deixam claro que “conhecem muito bem sua identidade linguística, em termos rítmicos, operando com/sobre ela perfeitamente” (p.89).

Embora no Brasil nomes próprios de origem inglesa sejam comuns, vale lembrar que, em Portugal, isso não acontece. De acordo com Castro (2003), “para que qualquer indivíduo adquira e usufrua do seu próprio nome é necessário que o Estado explicita, por meio de um processo de registro civil, a sua anuência não só com o nome escolhido, mas também com a forma como o nome é grafado e pronunciado” (p.15). Essas diferenças na adoção de nomes próprios entre os dois países ilustram não apenas diferenças linguísticas, mas também culturais. Segundo o autor:

Uma sociedade multicultural, como a nossa [portuguesa] começa a ser, e como a brasileira nunca deixou de ser, pode acolher estrangeirismos sem os reduzir às formas da língua dominante. [...] Talvez esteja aqui, neste aspecto da defesa face ao exterior, que se encontre uma das maiores clivagens entre a mentalidade portuguesa e a brasileira. (p.21)

Isso permite concluir que certos fatores extralinguísticos podem ser extremamente importantes para determinar diferentes comportamentos de palavras emprestadas no português brasileiro e no europeu. As observações de Massini-Cagliari, Souza e Castro foram muito relevantes para a pesquisa que desenvolvemos, pois mostram como diferentes variedades da língua portuguesa lidam com a questão do empréstimo em nomes próprios que, da mesma forma que os nomes comerciais, também são escolhidos pelo seu *status* de sofisticação. Além disso, como a escolha e o uso dos nomes comerciais com elementos do inglês guardam relação com valores de cada

país, existe a possibilidade de que o uso e o comportamento desses nomes sejam diferentes no português brasileiro e no europeu. Por exemplo, algumas adaptações fonológicas naturais que acontecem nos nomes comuns podem não acontecer em nomes comerciais no português brasileiro, mas podem ocorrer no português europeu, ou o contrário. No Capítulo 3, mostraremos que existe diferença em relação à quantidade (relativa) de nomes comerciais com elementos do inglês nos dois países.

Aspectos socioculturais dos empréstimos

Nenhuma língua viva é capaz de evitar modificações decorrentes do contato entre povos e culturas, mas isso nem sempre é encarado com naturalidade ou de modo positivo. A visão purista expressa no Projeto de Lei 1.676/1999 do deputado brasileiro Aldo Rebelo, que dispunha sobre “a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa” e visava a proibição do uso de palavras estrangeiras, sobretudo os anglicismos, no português brasileiro, é antiga e já havia sido apresentada num trabalho sobre estrangeirismos em língua portuguesa feito há pouco mais de cem anos por Figueiredo (1913). O autor português observa que, “depois da França, tem sido a Inglaterra, por motivos de fácil intuição, a nação que mais nos tem brindado com produtos do seu vocabulário” (p.145). Mostra-se extremamente crítico e usa de ironia em relação ao uso de estrangeirismos oriundos do inglês.

Uma só palavra, *sport*, que os ingleses nos mandaram, e que nós adoptámos, sem quarentena nem outras convenientes restrições, foi o arauto de um esquadrão de anglicismos, que são as delícias da alta roda e o verniz do noticiário elegante.

Ora vejam: *cricket, five-óclock-tea, foot-ball, garden-party, jockey, match, sportman, break, rout, record, toast, high-life* etc. etc.

Tudo por causa daquele pimpão do *sport!* (p.146)

Figueiredo diz que temos formas em português equivalentes ao “desnecessário *sport*”. Assim, no lugar do empréstimo, poderíamos usar “desporto” (palavra ainda usada atualmente em Portugal na maioria dos contextos) e “deporte” (forma preferida do autor). Ainda criticando o uso de palavras estrangeiras, declara que “o império da moda é superior ao do bom senso, e que, pelo menos aquém do Atlântico, pouco importa lembrar uma forma portuguesa de preferência à outra estrangeira, se esta entrou nos hábitos de certa sociedade que se presume culta” (p.147). Por fim, sugere que a palavra *sport* seja pelo menos aportuguesada para “esporte”, forma que usamos hoje, principalmente no português brasileiro.

Se não querem recambiar o *sport* para o Tâmisia, ao menos vistam-no à portuguesa; e, como em português não pode haver palavras terminadas em **t** e nem começadas por **sp**, digam e escrevam **esporte**, reconhecendo assim, ao menos em parte, os direitos da língua. Mas, se nem o **esporte** lhes serve, então proclame-se a babel como ideal de linguagem. (p.148)

Figueiredo sugere soluções para o uso de alguns estrangeirismos. Por exemplo, propõe que a palavra *garden-party* seja traduzida como “diversão ao ar livre, diversão de jardim, partida de jardim” etc. (p.148), porém lembra que é impossível prever o que vai acontecer com essa palavra na língua portuguesa: “bem pode ser que o *garden-party* desça do *sport* à vida popular, e o povo, pela sua tendência a dar forma nacional às importações estrangeiras, dê àquilo uma feição imprevista, pinturesca, mas sua: **guardaparte, cardapart...** Quem sabe?” (p.149).¹⁰

Também é interessante o comentário de Figueiredo sobre o uso de “repórter”. Considera que essa palavra “nada mais quer dizer do que o nosso velho e simples informador” (p.155) e que entrou para

¹⁰ A palavra *garden-party* se encontra registrada no Houaiss (2009) como substantivo masculino, com o significado de “festa ou recepção ao ar livre, ger. num jardim”. No verbete não há registro de adaptações.

a língua portuguesa no final do século XIX e logo caiu ao gosto da imprensa portuguesa. O autor critica sua pronúncia com acentuação tônica na penúltima sílaba, desviando-se da prosódia portuguesa. A regra, de acordo com ele, é que as palavras terminadas em **-er** sejam agudas ou oxítonas, como “mulher”, “dizer” e “colher”, sendo fechada a última vogal nos verbos, e aberta nos substantivos e adjetivos. Como exceção, o autor cita “revólver”, também emprestado do inglês, além de “éter” e algumas palavras do âmbito científico. Portanto, para Figueiredo, “a rigorosa e nacional pronúncia de **repórter** seria **reportér**, com acentuação aberta e tônica na última sílaba” (p.155). No entanto, admite que a correção não “vingará em frutos, tão enraizada está a suposta pronúncia inglesa” (p.155), e considera que ainda pior do que a pronúncia da palavra é a formação do seu plural. O autor lembra que os vocábulos terminados em **-r** se pluralizam com o acréscimo de **-es**, porém “quase não há noticiário que não escreva **repórteres**” (p.156).

Na opinião de Figueiredo, “por este andar, a linguagem portuguesa, ao cabo de poucos anos, nem eu quero supor o que seja. Talvez uma relíquia, conservada pelos Chins, de envolta com missanga e avelórios, no recauto inacessível de algum palácio de Pequim” (p.156). Para finalizar, afirma: “ou somos portugueses e temos de prezar a nossa língua; ou nos enfeudámos às modas e costumeiras de fora, e somos um país conquistado. Ser ou não ser português, eis a questão” (p.164). Fica evidente sua posição bastante purista e fatalista, a ideia de que o idioma iria acabar com o uso de estrangeirismos.

Se o autor tivesse conhecido o projeto de lei de Aldo Rebelo, mesmo que este se referisse ao português brasileiro, provavelmente o defenderia com todos os seus argumentos. Para Schmitz (2004):

Os que apoiam o projeto consideram o influxo de palavras de origem estrangeira como uma ameaça às instituições culturais brasileiras, como o cinema, o teatro e a música. O medo de ser engolido e apagado por uma cultura alheia dominante assusta os que têm uma postura nacionalista. Mas, na minha opinião, a presença de palavras estrangeiras e até o abuso de vocábulos de origem estran-

geira por parte de alguns falantes não conduz necessariamente ao menosprezo por parte de outros brasileiros pela cultura erudita e popular brasileira. (p.100)

O autor cita o exemplo de profissionais como economistas e especialistas em informática, que podem empregar várias palavras estrangeiras nos textos que produzem sem perder necessariamente seu apreço pela cultura brasileira. O pesquisador explica que o influxo de palavras e termos de origem estrangeira simboliza, para muitas pessoas, uma interferência na soberania da nação. No entanto, ele alerta que a linguagem, na realidade, é uma mescla de raças e povos e não constitui, portanto, uma base adequada para a construção de uma soberania.

O linguista também procurou artigos de jornais e revistas sobre o projeto de lei relativo aos estrangeirismos e a opinião dos leitores desses veículos, constatando oito crenças que precisam ser analisadas e combatidas. Uma delas nos interessa em especial: aquela que afirma que o português de Portugal não tem palavras de origem estrangeira. Como vimos nos trabalhos de Figueiredo (1913), Freitas et al. (2003), e veremos também neste livro, no português europeu são encontradas várias palavras oriundas de outros idiomas. No Capítulo 2 apresentaremos 446 nomes comerciais com elementos do inglês coletados em Portugal. Embora no Brasil esse número seja maior, notamos que palavras com essa origem estrangeira também são incorporadas nessa variedade do português.

Para Schmitz (2004), um projeto de lei não conseguiria impedir o livre desenvolvimento do português brasileiro com a imposição de multas, afinal, a criação de palavras e os empréstimos de outras línguas são fenômenos naturais e de renovação dos idiomas. No entanto, lembra que, embora o deputado Aldo Rebelo não tenha levado em conta os conhecimentos advindos da linguística, o debate provocado pelo seu projeto de lei foi bastante positivo, já que “a sociedade brasileira foi bem servida, pois jornalistas, publicitários, professores de português, gramáticos e linguistas debateram a respeito do destino do idioma nacional” (p.105-6).

Paiva (1991) identificou e analisou a presença de signos da língua inglesa na imprensa, na música popular e em camisetas, em contexto de português brasileiro. A autora mostra em seu trabalho que o inglês está presente de modo natural na vida dos brasileiros.

Desde a hora em que a burguesia brasileira acorda ao som de um FM/AM Electronic Digital Clock Radio, apertando a tecla *snooze* para descansar mais um pouquinho, e os menos favorecidos pulam da cama, assustados com o barulho de um Westclox, *made in Brazil*, até a hora em que a televisão Sharp, Philco ou Panasonic é desligada e a lâmpada General Electric apagada, o povo brasileiro é, a cada instante, bombardeado por signos em língua inglesa.

Escovam-se os dentes com Kolynos, Close up, Colgate ou Phillips; usam-se meias Hang-ten, tênis All Star, Dock-siders, Sail Siders, Snoopy Footwear, USTOP Colorado, calças feitas de índigo *blue jeans* combinadas com um número infinito de *t-shirts* da Company Ocean Pacific, Hollywood Sportline e muitas outras com frases impressas em inglês. (p.15)

Vários dos estrangeirismos que aparecem nesse trecho do trabalho da autora são nomes comerciais de origem inglesa (como All Star, Close up, Colgate), muito comuns no dia a dia das pessoas.¹¹ Ela nota que, como símbolo de *status* social, a língua inglesa está presente nos quatro cantos de uma residência no Brasil e que os aparelhos domésticos, como o rádio e a televisão, são ligados e desligados através das indicações *on* e *off*, na maioria das vezes. De acordo com a pesquisadora, em uma casa apenas os aparelhos domésticos que ficam na cozinha podem apresentar orientações em português, inclusive o forno micro-ondas. “Talvez a explicação esteja no fato de as cozinhas brasileiras ainda serem frequenta-

11 Atualmente, além de marcas de origem norte-americana, inglesa e de outros países de língua inglesa, observamos o aparecimento de novas marcas importadas de países que não são de língua inglesa, como as marcas japonesas Toyota e Honda, a francesa Citroën e a coreana Samsung, o que mostra o investimento de outros países no mercado consumidor brasileiro.

das, em sua maioria, por empregadas domésticas, que são pessoas provenientes do proletariado e que não têm acesso à aprendizagem da língua inglesa” (p.17-8). Apesar de esse trabalho ter sido feito há alguns anos, nas televisões modernas e em outros aparelhos eletrodomésticos continuam sendo usados termos em inglês, como *mute*, *power* e *channel*, em vez de “mudo”, “ligar” e “canal”. Para ilustrar, mostramos na Figura 1 e na Figura 2 um controle remoto de televisão e o painel de um micro-ondas.



Figura 1 – Controle remoto de televisão (foto da autora).



Figura 2 – Painel de forno de micro-ondas (foto da autora).

Paiva (1991) recorda que o inglês não está presente apenas na hora de utilizarmos os equipamentos. Signos em língua inglesa são frequentes em nomes próprios comerciais, como veremos no trabalho de Neves (1971) e neste livro. Além disso, segundo essa autora, “o caso genitivo, por exemplo, raramente é encontrado em sintagmas que não sejam nomes de estabelecimentos comerciais”.

O inglês estampado pelas ruas das grandes cidades constitui-se num dialeto comercial próprio do povo brasileiro. O caso genitivo, por exemplo, virou índice de bar e lanchonete, pois é nos nomes desses estabelecimentos que vamos encontrar uma maior ocorrência de 's, mesmo que tal uso viole as regras da gramática inglesa. No bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte, por exemplo, há um bar cujo nome é Brinco's bar, em uma flagrante violação à gramática, pois o caso genitivo não se aplica a substantivos comuns e nem a adjetivos, na hipótese da palavra brinco ter como interpretante a ideia de "arrumado". (p.30)

No Capítulo 2 veremos que o uso do 's não é tão frequente nos nomes comerciais como parece. No entanto, em restaurantes e bares essa forma linguística é a mais usada no português europeu e a segunda mais usada no brasileiro.

Em sua tese, Paiva (1991) mostra que a língua inglesa provoca dualidades. Enquanto alguns criticam o seu uso, muitos jornais e revistas, até certo tempo atrás, divulgavam novos comportamentos da elite econômica usando termos como *american way of life*. Além disso, também são comuns "signos de língua inglesa nas entrevistas e, principalmente, comerciais" (p.139), como nos exemplos Minas Shopping News e First Conta Itaú. A autora afirma:

Signos da língua inglesa não são usados apenas para nomear produtos, mas também como recurso persuasivo no discurso publicitário. É comum encontrarmos propagandas, ou slogans, totalmente redigidos em inglês, o que, de uma certa forma, seleciona o leitor e, ao mesmo tempo, o consumidor. Saber inglês é privilégio de uma elite e é a ela que estes textos são endereçados. (p.170)

Para Paiva, o emprego desses signos, mesmo quando não decodificados, tem duas funções principais: selecionar o leitor/consumidor e associar o produto a uma sociedade considerada mais desenvolvida (neste caso, os Estados Unidos), pois, "mesmo quando o receptor não consegue encontrar referentes para os signos em

língua inglesa, esses continuam gerando significados, pois funcionam também como símbolos de prestígio, poder, *status* e sofisticação” (p.194). Declara ainda:

Palavras importadas têm mais valor do que aquelas produzidas pelos falantes nativos. A sociedade aceita, por exemplo, com naturalidade, que um ministro de Estado use a expressão estrangeira “no comments”,¹² ou que o presidente do Brasil afirme que vai adotar um estilo “soft”¹³ de governar. O mesmo não acontece com a criação de novos vocábulo, como “imexível”,¹⁴ por exemplo, mesmo que esse novo vocábulo passe a integrar o capital constante da língua. O termo imexível, apesar de estar sendo bastante usado pela imprensa e pelo povo, é sempre acompanhado de conotação irônica. (p.110-1)

Paiva lembra também que a palavra “imexível” foi criada por um ex-ministro de origem proletária, o que fez o termo assumir um sentido carregado de desprestígio e falta de cultura. Já a expressão *no comments* é aceita e reconhecida como de uma fala elitizada, considerada culta. Para a autora, ocorre com as palavras importadas fenômeno semelhante ao da circulação de produtos importados. No momento em que determinado produto ganha as massas, a tendência das elites é abandoná-lo e eleger outro de sua preferência. Da mesma forma, uma palavra ou expressão estrangeira que adquire prestígio e passa a ser usada pela elite perde *status* para essa camada no momento em que as massas apoderam-se dela, mas “é neste momento que o empréstimo verdadeiramente ocorre, sendo a nova palavra ou expressão incorporada ao sistema linguístico”

12 “Sem comentários” – resposta do ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral à imprensa quando perguntado sobre seu possível romance com a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo.

13 “Suave” – declaração do ex-presidente Fernando Collor durante uma visita à Espanha em 1991.

14 Termo cunhado pelo ex-ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, no início do governo Collor.

(p.112). Ou seja, as palavras que não são apropriadas pela massa acabam desaparecendo, sem serem efetivamente incorporadas ao idioma. Fiorin (2004), seguindo a mesma linha de raciocínio da pesquisadora, observa:

O uso de determinadas expressões estrangeiras conota “modernidade”, “requisite” etc., conotações que as correspondentes vernáculas não possuem. [...] Os nomes em francês conotam elegância, refinamento; os nomes em inglês, modernidade, aventura, juventude; os nomes em português, objetividade e neutralidade da informação. (p.120)

Paiva ainda ressalta que, “linguisticamente, as línguas não são superiores, mas enquanto mercadorias, enquanto produtos de um discurso ideológico, elas são como moeda e têm cotações no mercado” (p.117).¹⁵

A autora chama a atenção para a existência da necessidade das elites brasileiras de se identificar com os americanos, o que “faz com que um certo bilinguismo se materialize no discurso da comunicação de massa, onde não apenas ocorre o empréstimo vocabular, mas a utilização de frases e textos maiores e totalmente em inglês, muito comum na linguagem publicitária”. Afirma ainda que a linguística não pode ignorar essa realidade histórica:

15 A autora verificou, em pesquisa realizada com vestibulandos, que a atitude dos falantes em relação à utilização de signos em língua inglesa no Brasil é ideologicamente marcada. A minoria dos falantes, o que corresponde a apenas 18,67%, considera o empréstimo algo positivo; o restante acredita que os empréstimos devem ser aceitos com restrições (31,33%), ou que esse fenômeno é uma ameaça à identidade do idioma nacional (20,67%), ou não têm uma opinião clara sobre o assunto (29,33%). Ela ressalta que, embora sua pesquisa tenha se restringido a um grupo de vestibulandos, esses resultados refletem de modo amplo a atitude do povo brasileiro em relação aos empréstimos e à língua inglesa no país: “ao mesmo tempo que a língua estrangeira é associada à ideia de tecnologia e modernidade, ela é vista também como símbolo de dominação e aculturação” (p.120).

[...] analisar a língua inglesa enquanto signo de cultura brasileira é, ao mesmo tempo, analisar as relações de poder manifestas na “violência simbólica” desses signos. [...] O dialeto de prestígio, ou seja, o registro da maioria detentora do poder, associado ao bilinguismo das elites intelectuais, cria um fenômeno particular que pretende se caracterizar como universal. (p.122)

Ao observar os enunciados em inglês escritos em camisetas, Paiva nota que “causa espanto, no Brasil, o fato de dificilmente encontrarmos camisetas com dizeres em português. O uso de enunciados em língua inglesa é tão generalizado quanto o próprio uso das camisetas” (p.265). Para ela:

[...] podemos afirmar que a maioria das pessoas que vestem roupas com frases impressas em língua inglesa não sabem o que está escrito em suas roupas. Situações embaraçosas ocorrem com pessoas, como o caso de uma moça que estava em uma festa vestindo uma camiseta onde se lia na frente FUCK ME e nas costas THANK YOU. (p.266)

Da mesma forma, acreditamos que a maioria das pessoas que nomeia um estabelecimento comercial com palavras em inglês ou adquire itens com nomes em inglês não conhece seu significado. Por fim, a autora observa que “para a maioria dos brasileiros o empréstimo é apenas uma manifestação de primeiridade – uma sensação que não envolve qualquer tipo de conscientização” (p.335). Em seu trabalho, usa como argumentos para comprovar a sua hipótese de que o uso de empréstimos é um instrumento ideológico, que contribui para acentuar as diferenças entre as classes sociais, as seguintes constatações:

- Há alta incidência de empréstimos desnecessários nas colunas sociais, que descrevem os comportamentos da elite.
- As propagandas redigidas em inglês, ou que apresentam um grande número de empréstimos, anunciam produtos inacessíveis à população de baixa renda.

- As personagens de telenovelas que usam empréstimos em suas falas são representantes das elites econômicas.
- O samba, principalmente da década de 30, critica o povo do morro por querer imitar a cultura americana e usar empréstimos em sua fala.
- Estilistas deixam transparecer, em suas entrevistas, preconceitos contra as pessoas das classes populares que tentam fazer uso de signos em língua inglesa.
- Alguns vestibulandos pesquisados criticaram as pessoas que “não sabem português” e desejam aprender inglês. (p.336)

Para a autora, esses comportamentos comprovam que a linguagem espelha a sociedade. Os empréstimos funcionam como marcas diferenciadoras entre a linguagem “inculta” das classes populares e a linguagem culta das elites detentoras do poder econômico e do conhecimento. Destaca que “a divisão de classes é sempre acentuada na linguagem e as formas de prestígio são sempre associadas às classes privilegiadas” (p.337). Nas pesquisas que realizou, constatou que a língua inglesa é vista como signo de poder, prestígio e cultura, de colonização e aculturação; por outro lado, também é reconhecida como instrumento de comunicação internacional.

[...] a língua inglesa circula entre nós como uma mercadoria de alta cotação no mercado. A importação de palavras estrangeiras atende muito mais a uma necessidade simbólica de identificação com uma sociedade de grande poder político e econômico do que a necessidade de nomear novos conceitos e objetos. Como qualquer mercadoria, os empréstimos também sofrem variações de “cotação de mercado”. Aqueles que passam a ser usados pelas camadas populares são abandonados pelas elites e substituídos por outros, pois perdem o valor ao deixarem de se caracterizar como propriedade privada das classes privilegiadas. (Paiva, 1991, p.339)

A pesquisadora reforça que, apesar de uma língua não ser linguisticamente superior a outra, o uso crescente de empréstimos

do inglês faz que se cristalice a ideia de que a língua inglesa é um código superior ao português. Esse tipo de visão foi atestado pela linguista em redações que analisou, em entrevistas com estilistas e nas opiniões de representantes do rock brasileiro. No entanto, a preocupação dos puristas com o fato de que a língua portuguesa pode estar ameaçada por palavras de outros idiomas não encontra respaldo em suas pesquisas, porque constatou que “a maioria dos informantes não acredita que a língua portuguesa esteja ameaçada pela presença dos empréstimos, posicionando-se contra a ideia de se proibir o uso de palavras estrangeiras que tenham correspondentes em português” (p.338).

Apesar disso, em 2001, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo* em resposta a críticas ao seu projeto de lei sobre o uso de estrangeirismos na língua portuguesa, Aldo Rebelo citou trechos do trabalho de Paiva para defender as medidas por ele propostas. Convém ressaltar que Paiva deixa claro que “não compete ao linguista sugerir ao governo medidas restritivas” (p.340) em relação a outros idiomas, pois acredita que a valorização de uma língua é consequência da dependência econômica, política e cultural que ocorre em um contexto histórico. Para ela, no momento em que as relações mudarem, certamente o comportamento linguístico também se modificará. No entanto, dado o alcance da língua inglesa no contexto atual, servindo como língua franca para diferentes povos, é possível que, mesmo que ocorra um declínio do poderio norte-americano, ela continue sendo uma língua internacional para muitas pessoas.